

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

| | |
|------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Processo nº: | 0007027-92.2017.8.26.0566 |
| Classe - Assunto | Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária |
| Requerente: | FELOMENA PROROK DENKWSKI |
| Requerido: | INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL |

FELOMENA PROROK DENKWSKI ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, pedindo a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez acidentária, haja vista sua incapacidade laboral permanente e total, decorrente de acidente de trabalho. Subsidiariamente, pediu a manutenção do auxílio-doença.

O réu contestou o pedido, aduzindo em preliminar a incompetência da Justiça Federal e a ausência de interesse processual. No mérito, defendeu a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Foi indeferida a tutela de urgência.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobre o qual as partes se manifestaram.

O r. Juiz Federal declinou da competência para conhecer e julgar o presente feito e determinou a remessa do autos para a Justiça Estadual.

Após a distribuição do processo para este juízo, as partes foram indagadas acerca do interesse na produção de outras provas, sobrevindo manifestação apenas da autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As partes não pleitearam a produção de outras provas, de modo que o processo encontra-se apto para julgamento.

0007027-92.2017.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O art. 42 da Lei 8.213/91 prevê que a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Consigna-se que a incapacidade deve ser total e definitiva para a atividade laboral, nos termos do art. 43, § 1º, da referida Lei.

No caso, concluiu o perito judicial que *"a paciente apresenta cegueira em um olho (CID H54.4) devido a trauma ocular (S05.5) que evoluiu com descolamento de retina (H33.0). A paciente já passou pelas cirurgias possíveis para o caso e não teve melhora da visão. Dessa maneira pode-se considerar a cegueira do olho direito irreversível."* (fl. 64).

Além disso, esclareceu que *"a paciente pode exercer funções que não exijam boa noção visual de profundidade e altura como: ajudante de profissional, trabalho em escritório, balconista, atendente, telefonista, etc. Deve ser levado em consideração, no entanto, que a paciente tem baixa escolaridade, sempre desempenhou trabalhos braçais e tem idade relativamente avançada."* (fl. 65).

Nada nos autos infirma a conclusão médica.

Dessa forma, descabe a concessão da aposentadoria por invalidez, na medida em que a incapacidade laboral da autora é apenas parcial, podendo realizar outras atividades de forma remunerada que lhe garantam a subsistência.

Conforme já decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça: *"A cegueira em apenas um dos olhos (ou visão monocular) não é doença incapacitante geradora do direito à aposentadoria por invalidez permanente, tanto que existem inúmeras demandas de pessoas nessa situação que pleiteiam o direito de ingresso no serviço público nas vagas reservadas aos deficientes físicos. Se a visão monocular fosse doença incapacitante, o ingresso dos seus portadores no serviço público nem sequer seria admissível, do que jamais se cogitou."* (REsp 1.649.816/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, j. 06/04/2017).

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

Aposentadoria por invalidez - Cegueira do olho direito - Obreiro que já recebe auxílio-acidente - Laudo pericial que, se analisado apenas sob o prisma acidentário, não autoriza a concessão da aposentadoria por invalidez - Impossibilidade de concessão do citado benefício ou novo e cumulativo auxílio-acidente. Recurso oficial provido; apelação voluntária improvida - Ação julgada improcedente." (Apelação nº 0006039-34.2010.8.26.0302, 17ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Afonso Celso da Silva, j. 26/11/2013).

"Acidentária – Lesão em olho esquerdo – Pedido de aposentadoria por invalidez acidentária – Ausência de total incapacidade laborativa –

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Benefício requerido indevido – Improcedência mantida. Nego provimento ao recurso do autor." (Apelação nº 0000968-61.2012.8.26.0664, 16ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luiz Felipe Nogueira, j. 02/02/2016).

Ademais, também não é caso de manutenção do benefício de auxílio-doença por acidente de trabalho, vez que, atualmente, a autora não apresenta incapacidade total e temporária para a atividade laboral.

Seria possível conceder o auxílio-acidente, tendo em vista que a lesão sofrida pela autora ocasionou redução na sua capacidade funcional, exigindo dela o dispêndio de maior e permanente esforço ao exercício da atividade laborativa. Contudo, observa-se que ela já recebe tal benefício previdenciário desde 04.03.2017 (fl. 86) em razão da sequela incapacitante ora analisada. Assim, a concessão de novo auxílio-acidente na esfera judicial implicaria em *bis in idem*, o que não é permitido.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA